



REDD+: O QUE FIZEMOS, ONDE ESTAMOS E PARA ONDE DEVERÍAMOS IR.

Existe hoje uma miríade de expectativas e possibilidades em torno do REDD+ no Brasil. É o tema mais importante para o país na agenda climática internacional. A Amazônia, por sua vez, é para o Brasil nosso maior bem e por isso sua importância estratégica. Infelizmente, pouco se sabe da Amazônia além de taxas de desmatamento anuais.

Por volta de 2007, quando se iniciaram as primeiras iniciativas de conservação florestal para alcançar os objetivos do REDD+, os aspectos técnicos eram os maiores desafios: como monitorar extensas áreas florestais; ter acurácia no cálculo de carbono estocado e emitido por desmatamento ou degradação; lidar com incerteza da permanência das florestas no futuro; integrar escala dos projetos à contabilidade de redução de desmatamento estadual e/ou nacional; alinhar repartição de benefícios tendo em vista a multiplicidade de outros benefícios além do financeiro; informar, respeitar e envolver os atores diretamente participantes (principalmente as comunidades mais isoladas e carentes da Amazônia profunda). Individualmente ou agrupados, cada desafio desses representava uma ameaça real à possibilidade de tornar a conservação de nossas florestas algo economicamente viável e desejável aos seus respectivos proprietários.

Entretanto, hoje depois de muitas discussões e estudos realizados, sem contar o que vem sendo implementado, existe massa teórica, crítica e prática para que estas questões sejam endereçadas. Existe um ambiente técnico razoavelmente confortável para que as reduções por desmatamento e degradação, a conservação florestal, o incremento dos estoques de carbono e a gestão sustentável das florestas (mecanismos do REDD+) se viabilize no Brasil. Isso tudo a partir de investimentos privados, públicos ou doações de outros países, e com o apoio e supervisão dos órgãos responsáveis e da sociedade civil.

O problema é que hoje estamos numa encruzilhada uma vez que vários caminhos nos trouxeram a um ponto comum. No âmbito dos projetos estamos virando a página das metodologias e planejamento, e iniciando uma fase propriamente descrita como gestão florestal. Em relação aos Estados, o avanço do conhecimento acumulado e das regulamentações estaduais é notável, com destaque aos estados do Acre, Mato Grosso e Amazonas. Outros como Amapá e Pará têm recuperado o tempo “perdido” através do comprometimento de um time de gestores públicos de primeira linha. O Governo Federal, pelo menos no ministério do meio ambiente (MMA), também tem feito sua parte seja via o Fundo Amazônia com gestão do BNDES, ou quando demonstrou muita agilidade ao cancelar contratos fajutos e sem qualquer base legal entre povos indígenas brasileiros e pseudo investidores estrangeiros sem qualquer vínculo com o desenvolvimento do país.

Nesse momento nos parece que a Convenção do Clima encontra-se numa período de transição, extremamente burocrático e com vistas de completar um acordo que pela primeira vez terá a participação e responsabilidades para todos os países em 2015. O momento é crítico para o Brasil tirar proveito de deter a maior floresta tropical do planeta, mas para isso é preciso um genuíno interesse e envolvimento dos altos escalões do Governo Federal.

O que esperar de uma estratégia propriamente nacional?



No final de 2010 reunidos em Cancun, os países acordaram em criar estratégias para alcançar os objetivos do REDD+ perante a Convenção do Clima. Ninguém pode se beneficiar mais do que o próprio país do fato de termos uma boa estratégia. Um amplo apoio do Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Fazenda, e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é urgente e fundamental. Corremos o risco de pararmos no pior dos mundos, que é o debate entre uma má estratégia ou nenhuma estratégia. Para contribuir com uma economia florestal autônoma, principalmente na Região Norte do país três pontos são fundamentais:

1. **Olhar de dentro para fora:** qualquer estratégia que se diz nacional deve necessariamente olhar para os desafios e oportunidades internas para depois ser adaptada no contexto internacional. Nos parece que estamos fazendo justamente o oposto, deixando o desenvolvimento da Amazônia refém de uma agenda de compromissos comerciais e geopolíticos com países como China, Índia, Venezuela e até Bolívia. A impressão que se dá é que a Amazônia é vista pelos altos escalões do Governo Federal não muito diferente de como era vista no século passado na época dos militares. A desnecessária e velada preocupação com a soberania brasileira acaba justamente criando condições de investimentos apenas para os países estrangeiros (em forma de “doação”), que acabam por dominar a agenda de desenvolvimento de regiões economicamente muito pobres, mas com espantosas riquezas em biodiversidade, água e recursos florestais.
2. **Usar as reduções acumuladas sabiamente:** ninguém pode negar o incrível avanço que tivemos desde 2006 na redução dos índices de desmatamento na Amazônia. Apesar da degradação continuar em alta (de onde acham que está vindo toda a madeira necessária nesse *boom* de construções que o país está passando?), estima-se que entre 2006 e 2011 reduzimos um montante de 2,1 bi de tCO₂e. Mesmo que uma parte dessa redução seja usada para cumprir o compromisso colocado pelo Brasil para o resto do mundo, uma outra parte deve ser alocada em forma de incentivos aos atores privados e governos Estaduais para alavancar o desenvolvimento florestal no país de uma vez por todas. O que estamos presenciando na verdade, ainda que de forma velada, é uma total apropriação desse banco de carbono por parte da União, onde o único veículo de distribuição financeira é o BNDES via o Fundo Amazônia. Dado que parece que o principal vetor de desmatamento daqui pra frente é o próprio Governo Federal via grandes projetos de infraestrutura, asfaltamento da BR163 e da BR319, as hidrelétricas como Belo Monte e outras previstas no rio Tapajós, e os assentamentos do Incra, para citar só alguns exemplos, a impressão que fica é que vão estocar esse banco de carbono para usarem lá na frente como forma de justificar projetos de infraestrutura que poderiam ser planejados desde agora de modo a minimizar o impacto ambiental na forma de desmatamento.
3. **Saber precificar nossas reduções de emissões:** o Fundo Amazônia, principal instrumento de captação financeira da União nesse campo, atribui o preço de 5 dólares para cada tonelada de CO₂ que deixou de ser emitida. O que não fica claro é porque 5 e não 8? Porque 5 e não 10, 15 ou 20 dólares? Sem qualquer tino comercial o país entrega emissões a preços muito baixos quando comparados com o custo de reduzir em outros países. No promissor mercado da Califórnia que começa a ter liquidez o preço das allowances já passa dos 13 dólares, e na Europa que atravessa a pior crise econômica desde sua integração o valor da tonelada nunca chegou abaixo de 5 dólares.



Porque temos que vender a supostos preço de custo (que definitivamente não embutem toda a complexidade de migrar de um modelo de desenvolvimento via desmatamento para um via conservação), sem usufruirmos da disposição a pagar relativamente mais de empresas e países? Ao comercializar a preços de mercado reduções evitadas, ainda que somente uma parte, aumentaríamos substancialmente a entrada de divisas para financiar o desenvolvimento sustentável do norte do país¹.

Para onde deveríamos ir?

Tanto os Estados da Amazônia quanto algumas empresas diretamente envolvidas com REDD+ no Brasil já esboçaram suas perspectivas e demandas para a Estratégia Nacional. Em comum destacam-se a autonomia para a captação de recursos, a diversificação das fontes de recursos com ênfase em instrumentos de mercado, e a incorporação dos projetos e iniciativas existentes de modo a preservar uma série de inovações e aprendizados já obtidos.

O país vive um momento crucial e uma oportunidade única para gerar um clima de confiança junto a empreendedores e proprietários de florestas, principalmente os comunitários. Para isso é fundamental ter visão comum, nacionalmente construída, suficientemente abrangente para embarcar as diferenças estaduais, e propositadamente orientada para o desenvolvimento florestal da região Norte do país.

¹ Pesquisadores de Harvard sob o guarda chuva do Projeto Harvard de Acordos Climáticos recentemente publicaram uma nota convocando os líderes e negociadores internacionais a aproveitarem o momento da convenção para atacar o item da agenda que de maneira mais custo eficiente endereça as mudanças climáticas: a precificação do carbono e outros gases de efeito estufa.